

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 10 de dezembro de 2.020.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal

LEI N. 4.449, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.020.

“Autoriza o Poder Executivo a demolir prédio público, e dá outras providências.”

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a demolir o prédio público municipal, identificado como antiga Escola Municipal Adê Marques, edificada nos lotes C, D, E, F e G, ambos da Quadra 07, do loteamento denominado Vila Áurea, nesta cidade, de propriedade do Município de Ponta Porã, MS, com área total de 1.936m².

Art. 2º. A demolição dá-se em razão de interesse público, face os riscos que a estrutura existente oferece à coletividade, conforme relatório técnico, parte integrante desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, MS, 10 de dezembro de 2.020.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal

LEI N. 4.450, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.020.

“Institui no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde a Gratificação por Desempenho, vinculada ao Programa Nacional Previne Brasil - e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde a Gratificação por Desempenho de metas do componente do Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, a qual receberá a nomenclatura de E-SUS, e será repassada aos profissionais integrantes da Atenção Primária à Saúde e demais servidores que prestam serviços na Secretaria Municipal de Saúde, objetivando atingir melhorias das condições de saúde da atenção primária.

§1º. Serão contemplados com o incentivo de que trata o *caput*, enfermeiros, dentistas, médicos, auxiliares e técnicos de enfermagem, auxiliares e técnicos de saúde bucal, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate a Endemias, profissionais de nível superior que estejam vinculados à Atenção Primária à Saúde, e demais servidores que prestam serviços na Secretaria Municipal de Saúde compõem a equipe de tutores e equipe técnica I e II.

§2º. O incentivo previsto no *caput* não será devido aos servidores licenciados de suas funções, afastados, aposentados e que não possuam vínculo empregatício com o Município de Ponta Porã.

Art. 2º. A gratificação a que se refere o artigo anterior será concedida mediante ao cumprimento dos indicadores previstos na respectiva Portaria Ministerial nº 3.222, de 10/12/19, com avaliações realizadas pelo tutor de cada unidade.

§1º. Ao aderir à gratificação E-SUS, do Programa Previne Brasil, os profissionais farão jus ao percentual de metas atingidas conforme tabela de atribuições, constantes do anexo I desta Lei.

§ 2º. No caso de desabastecimento de insumos ou vacinas de responsabilidade do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Estadual ou Municipal, que interfira no alcance das metas, o indicador será desconsiderado.

Art. 3º. Farão jus à Gratificação de Desempenho os Servidores das equipes e demais Profissionais que atuam diretamente nas ações de saúde primária das Unid

Art. 4º. O valor do repasse da gratificação E-SUS em nenhuma hipótese incorporará ao salário do servidor, tendo caráter temporário, excepcional e não será computado para efeito de cálculo de outros adicionais ou vantagens.

Art. 5º. O Município fica desobrigado ao pagamento da gratificação E-SUS por desempenho, caso o Programa Previne Brasil do Governo Federal, seja extinto.

Art. 6º. A gratificação a que se refere o artigo 1º desta Lei, será paga com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Previne Brasil, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, em decorrência dos resultados dos indicadores previstos na Portaria Ministerial nº 3.222/2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho.

§ 1º. O montante recebido pelo resultado da avaliação será destinado da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) do valor recebido serão aplicados a favor dos tutores institucionais, designados por Portaria;

II - 81,7% (oitenta e dois vírgula sete por cento) serão destinados ao pagamento da gratificação a todos os profissionais e trabalhadores das Equipes de Atenção Primária à Saúde (incluindo os servidores celetistas, estatutários e os profissionais vinculados ao desenvolvimento do Programa) e custeio, na forma de Gratificação por Desempenho, anualmente:

- a) Profissionais de Nível Superior receberão 25% (Vinte e sete por cento), cujos valores serão rateados em partes iguais entre os profissionais;
- b) Profissionais de nível médio receberão 67% (sessenta e sete por cento), cujos valores serão rateados em partes iguais entre os profissionais;
- c) 8% (oito por cento) para custeio das unidades.
- III – 7% (sete por cento) serão pagos aos servidores com função de responsáveis técnicos I, sendo profissionais com experiência.
- IV – 1,3% (Um vírgula três por cento) serão pagos aos servidores com função de responsáveis técnicos II, sendo profissionais com experiência.

§ 2º. O montante de recursos financeiros destinados à Gratificação, na forma do inciso II, do § 1º deste artigo, será distribuído de forma igualitária de acordo com o nível de escolaridade de cada profissional.

Art. 7º. A equipe de tutores será composta por servidores nomeados através de indicação do Secretário Municipal de Saúde, profissionais capacitados com experiência, que terão as seguintes atribuições:

I - Acompanhar as equipes *in loco* semanalmente, apresentando relatório para Auditoria.

II - Avaliar as ações desenvolvidas pelas equipes mensalmente.

Art. 8º. As diretrizes a serem impostas nas avaliações, as quais deverão mensurar o atendimento dos indicadores estipulados pelo Programa Previne Brasil, serão fixadas por regulamento.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, MS, 10 de dezembro de 2020.

Helio Peluffo Filho
Prefeito Municipal

Previporã

